

Laicidade e ensino religioso no Brasil

OBRIGATÓRIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988, O ENSINO RELIGIOSO IGNORA A DIVERSIDADE CULTURAL DO PAÍS E ESTIMULA INTOLERÂNCIA E PRECONCEITOS. É O QUE CONCLUIU UMA PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA QUE ESTUDOU AS CONDIÇÕES EM QUE ESSE ENSINO É OFERECIDO

A **Constituição Federal de 1988** estabeleceu a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. A matrícula na disciplina, no entanto, deve ser facultativa: cada estudante deve informar se quer ou não assistir às aulas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1997, que regulamentou a oferta desse ensino, delegou aos estados autonomia para definir o conteúdo e os critérios de habilitação de professores. Passados 13 anos da promulgação da lei, no entanto, nunca se tinha avaliado a forma como o ensino religioso é oferecido. Não há, por exemplo, estudos que mostrem se o caráter facultativo é

respeitado. Tampouco se têm estudos sistemáticos sobre como foi regulamentado o ensino religioso em cada unidade da federação.

Para suprir essa lacuna, três pesquisadoras da Universidade de Brasília (UnB) analisaram todas as legislações estaduais sobre a oferta do ensino religioso e avaliaram uma amostra de 25 livros didáticos adotados. De acordo com a antropóloga Debora Diniz, uma das autoras do estudo, o resultado da pesquisa é desolador. Cedendo ao ímpeto catequizador das religiões, os estados criaram um ensino religioso que ignora a diversidade e o pluralismo cultural da sociedade brasileira, estimula a intolerância e transmite preconceitos.

TABELA1 - GRUPOS DE RELIGIÕES CITADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS EXAMINADOS:

Religião	Presença nos livros didáticos (absoluto)	Presença nos livros didáticos (%)
Cristãs	609	65%
Orientais	112	12%
Islâmicas	75	8%
Judaicas	65	7%
Espíritas	33	3%
Afro-brasileiras	30	3%
Indígenas	21	2%
Total	945	100%

EDUCAÇÃO RELIGIOSA OU ENSINO RELIGIOSO?

Quase todos os estados, de acordo com as pesquisadoras, confundem esses dois conceitos. A educação religiosa possui um caráter proselitista, isto é, tem por objetivo transmitir os valores de uma dada religião. O ensino religioso, por sua vez, deve ser necessariamente imparcial e pluralista. Não é isso que se verifica: conforme detectado pela pesquisa, o que se oferece no Brasil sob o rótulo de ensino religioso é uma educação de cunho cristão e predominantemente católico.

De todos os estados da federação, São Paulo é o único que desenvolveu um quadro normativo laico para seu ensino religioso. No Rio de Janeiro, que foi o primeiro estado a regulamentar esse ensino, detectou-se que concursos públicos para seleção de professores são abertos a um reduzido grupo de religiões, e que para tomar posse no cargo exige-se do candidato a apresentação de um documento emitido pela igreja à qual ele se vincula. A Bahia é outro estado em que o ensino religioso adquiriu um forte viés confessional, sendo oferecido também por professores credenciados por igrejas.

O mesmo viés é encontrado nos livros didáticos, em que comparecem de maneira extremamente desigual os diferentes grupos de religiões, como pode ser visto nas tabelas 1 e 2. Quando se observam as citações a grupos religiosos na amostra de livros estudada, percebe-se que 65% delas dizem respeito a religiões cristãs, ao passo que somente 3% contemplam as religiões afro-brasileiras e 2% as indígenas. Jesus Cristo é amplamente hegemônico entre os líderes no campo religioso mencionados pelos livros, e não se encontrou na amostra nenhuma citação a líderes de religiões afro-brasileiras.

TABELA 2 - LÍDERES CITADOS NOS LIVROS DIDÁTICOS EXAMINADOS:

Líder	Número de vezes em que apareceu nos livros
Jesus Cristo	81
Gandhi	21
Martin Luther King	11
Madre Teresa de Calcutá	9
Betinho	7
Dalai Lama	7
Papa	6
Allan Kardec / Chico Xavier	5
Buda	5
Confúcio	4
Dom Hélder Câmara	4
Irmã Dulce	4
Martinho Lutero	4
Outros líderes negros	4
Outros	4
Henry Sobel	3
Maomé	3
Madre Paulina	3
Nelson Mandela	2
Chico Mendes	1
Irmã Dorothy	1
Líderes indígenas	1
Moisés	1
Salomão	1
Total	192

Para as autoras da pesquisa, o ensino religioso não só tornou a escola pública um espaço de disputa entre crenças, mas permitiu a preponderância das religiões cristãs e o silenciamento de outras religiões minoritárias, porém centrais à formação e identidade do país. Outro grupo que não aparece é o das pessoas sem religião: parece assumir-se o pressuposto, contestável em um estado laico, de que a religiosidade é necessária para a promoção de uma vida boa.

O que se oferece no Brasil sob o rótulo de ensino religioso é uma educação religiosa de cunho cristão, predominantemente católica

DISCRIMINAÇÃO. Se as pessoas sem religião são sub-representadas, os homossexuais e os deficientes são dois grandes grupos que têm seu estatuto de igualdade ameaçado pelo ensino religioso. Como explica a professora Debora Diniz, as representações dominantes nos livros resumem a criança deficiente a alguém à espera de um milagre e estigmatizam o gay, tratando-o como portador de um desvio.

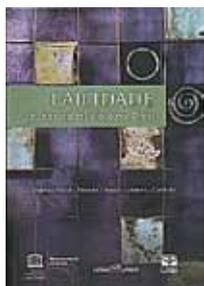
Exemplo disso são as seguintes afirmações, recolhidas de um dos livros didáticos adotados no ensino religioso: *“Alguns críticos afirmam que é problemático declarar a homossexualidade como completamente normal. Primeiro, porque muitos homossexuais revelam conflitos profundos, o que mostra que eles mesmos não se aceitam como são. Segundo, porque se fosse normal então seria a regra (...) Terceiro, se*

isso se tornasse a regra da conduta humana, como a humanidade se perpetuaria?”. Que a diversidade sexual é um tema desafiante para muitas religiões, não constitui novidade, e não são poucas as lideranças religiosas que qualificam publicamente a homossexualidade como perversão. A inquietação, para as autoras da pesquisa, está no fato de que isso se torne conteúdo ensinado no ciclo fundamental.

Outro livro fornece um exemplo da ambiguidade presente no discurso sobre a deficiência. Uma atividade em grupo é proposta em torno de Juquinha, um menino *“que via com as mãos”*. O exercício convida os estudantes a ver o mundo como ele, tateando uns aos outros. O que poderia ser um interessante exercício de imaginação, no entanto, torna-se, ao final da atividade, uma reafirmação da ideologia da normalidade: o exercício é encerrado com uma oração intitulada “Obrigada, Senhor”, em que os alunos agradecem a Deus por *“minhas mãos e meus olhos para ver”*.

ENSINO RELIGIOSO, UMA CAIXA-PRETA. Um último ponto ressaltado pelas autoras da pesquisa é o fato de o próprio Estado brasileiro não saber o que efetivamente se ensina em suas escolas, na disciplina Ensino Religioso. Todo material didático adotado na rede pública de ensino precisa ser antes avaliado e aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático, vinculado ao Ministério da Educação. Ou quase todo: uma curiosa exceção é aberta para o material do ensino religioso, que é isento de tal avaliação. Para as autoras do estudo, a distorção é injustificada: assim como nas demais disciplinas, cabe ao Estado a autoridade pedagógica de definir o que deve ou não ser ensinado. ■

PARA SABER MAIS:



LAICIDADE E ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL
livro de Debora Diniz,
Tatiana Lionço e
Vanessa Carrião.
Editora LetrasLivres /
Editora UnB / UNESCO,
2010.